

Colégio  
00001

Sala  
0001

Ordem  
0001

Setembro/2016



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO DO SUL

### Concurso Público para provimento de cargos de **Assistente Social**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A04', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

# PROVA

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos

## INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

O conhecimento é essencial para maximizar potencialidades.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

## ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** Para responder às questões de números 1 a 8, considere o texto abaixo.

**Instituições e riscos**

*Sem convívio não há vida, sem convívio não há civilização. Mas para conviver neste pequeno planeta, para se afastar da barbárie, os homens necessitam de princípios e de regras, em suas múltiplas formas de agrupamento. Orientados por tantos e tão diferentes interesses, premidos pelas mais diversas necessidades, organizamo-nos em associações, escolas, igrejas, sindicatos, corporações, clubes, empresas, assembleias, missões etc., confiando em que a força de um objetivo comum viabiliza a unificação de todos no corpo de uma instituição. É o sentido mesmo de uma coletividade organizada que legitima a existência e o funcionamento das instituições.*

*Mas é preciso sempre alertar para o fato de que, criadas para permitir o convívio civilizado, as instituições também podem abrigar aqueles que se valem de seu significado coletivo para mascarar interesses particulares. A corrupção e a fraude podem tirar proveito do prestígio de uma instituição, alimentando-se de sua força como um parasita oportunista se aproveita do hospedeiro saudável. Não faltam exemplos de deturpações e desvios do bom caminho institucional, provocados exatamente por aqueles que deveriam promover a garantia do melhor roteiro. Por isso, não há como deixar de sermos vigilantes no acompanhamento das organizações todas que regem nossa vida: observemos sempre se são de fato os princípios do bem coletivo que estão orientando a ação institucional. Sem isso, deixaremos que a necessidade original de convívio, em vez de propiciar a saúde do empreendimento social, dê lugar ao atendimento do egoísmo mais primitivo.*

(Teobaldo de Carvalho, inédito)

1. A argumentação desenvolvida no texto pretende, essencialmente, demonstrar que as instituições humanas,
  - (A) conquanto regidas por iniciativas pessoais, destinam-se a promover o sentido de um bem público.
  - (B) desde que orientadas por rígida regulamentação, tornam-se inflexíveis e estimulam as fraudes.
  - (C) uma vez criadas para preservar valores comuns, não se prestam a encobrir funções menos nobres.
  - (D) embora motivadas por necessidades sociais, podem emprestar sua legitimidade a propósitos ilegítimos.
  - (E) ainda quando manipuladas por algum oportunismo, não devem estimular uma vigilância sem trégua.

---

2. Atente para as seguintes afirmações:
  - I. A frase inicial *Sem convívio não há vida, sem convívio não há civilização* constitui uma premissa, a partir da qual se compreende que a criação das instituições humanas atende a uma simples imposição da natureza.
  - II. Costuma ocorrer, no interior de uma instituição, que a sua legitimidade repouse em princípios e regras de funcionamento, em vez de se apoiar na espontaneidade dos instintos humanos.
  - III. A relação estabelecida entre *um parasita oportunista* e *um hospedeiro saudável* ilustra, de modo figurado, a afirmação de que a vitalidade de uma boa instituição pode servir a propósitos alheios aos seus.Em relação ao texto está correto o que se afirma em
  - (A) I, II e III.
  - (B) I e II, apenas.
  - (C) II e III, apenas.
  - (D) I e III, apenas.
  - (E) I, apenas.

---

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:
  - (A) *para se afastar da barbárie* (1º parágrafo) = para se redimir da violência
  - (B) *premidos pelas mais diversas necessidades* (1º parágrafo) = coagidos pelos mais relevantes propósitos
  - (C) *mascarar interesses particulares* (2º parágrafo) = dissuadir intenções privadas
  - (D) *tirar proveito do prestígio* (2º parágrafo) = obstar vantagem da boa fama
  - (E) *princípios do bem coletivo* (2º parágrafo) = preceitos socialmente positivos

---

4. Está clara e correta a seguinte redação de um livre comentário sobre o texto:
  - (A) A finalidade das instituições legitima-se, de fato, quando, imunes a fraudes, logram bem representar e atender as necessidades coletivas.
  - (B) O bom convívio social entre todos é o que deve orientar as instituições, de cuja legitimidade não se pode abrir brechas para qualquer dúvida.
  - (C) Para que se atenda as necessidades de um bom convívio, a criação de instituições saudáveis nem sempre conseguem evitar quem as deturpem.
  - (D) Os fraudulentos regosijam-se quando podem se aproveitar da fragilidade das instituições, embora estas amparem o bem-estar comum a que se destinam.
  - (E) Há interesses egoístas naqueles que se valem de uma instituição legítima, em cuja se apoiam para perpetrar atos indignos que só a desvirtuam.



5. Na transposição correta de uma voz verbal para outra resulta adequada a correlação entre tempos e modos em:
- (A) Os inescrupulosos manipularão as instituições para que estas satisfaçam seus interesses = Os inescrupulosos terão manipulado as instituições para satisfazerem seus interesses.
  - (B) Os parasitas retiram energia do hospedeiro sem que este possa esboçar uma reação = A energia do hospedeiro foi retirada pelos parasitas sem que tivesse podido esboçar uma reação.
  - (C) Se os interessados fundassem uma associação, poderiam pleitear outras vantagens = Se uma associação fosse fundada pelos interessados, outras vantagens poderiam ser pleiteadas.
  - (D) Caso não exerçamos uma severa vigilância, as finalidades deste grupo serão deturpadas = Caso não se exercesse uma severa vigilância, terão sido deturpadas as finalidades deste grupo.
  - (E) A necessidade de convívio impõe a criação de órgãos que nos protegem = A necessidade de convívio é imposta pela criação de órgãos pelos quais seremos protegidos.
- 
6. Estabelecem entre si uma relação de causa e consequência, nesta ordem, os seguintes segmentos:
- (A) *para se afastar da barbárie / os homens necessitam de princípios* (1º parágrafo)
  - (B) *premidos pelas mais diversas necessidades / organizamo-nos em associações* (1º parágrafo)
  - (C) *a unificação de todos no corpo de uma instituição / a força de um objetivo comum* (1º parágrafo)
  - (D) *alertar para o fato / abrigar aqueles que se valem de seu significado coletivo para mascarar interesses* (2º parágrafo)
  - (E) *tirar proveito do prestígio de uma instituição / alimentando-se de sua força como um parasita* (2º parágrafo)
- 
7. Na frase *alimentando-se de sua força como um parasita oportunista se aproveita do hospedeiro saudável*, o sentido do segmento sublinhado está formalmente correto e coerente nesta outra construção:
- (A) conquanto um oportunista parasita que se beneficiasse do seu saudável hóspede.
  - (B) a exemplo da força de um hospedeiro saudável em que se aproveitasse um parasita.
  - (C) tal um oportunista parasita se vale da boa saúde do hospedeiro.
  - (D) assim como um parasita tem aproveitado-se da saúde do hospedeiro.
  - (E) à medida que um oportuno parasita venha a ter proveito ao saudável hospedeiro.
- 
8. Os dois últimos períodos do texto são introduzidos pelas expressões *Por isso* e *Sem isso*, que nesse contexto se referem, precisamente,
- (A) a um mesmo antecedente: a necessidade de ficarmos alertas.
  - (B) a um mesmo antecedente: a ocorrência do parasitismo oportunista.
  - (C) a estes dois respectivos antecedentes: um convívio civilizado e a boa saúde do empreendimento social.
  - (D) a estes dois respectivos antecedentes: desvios do roteiro desejável e necessidade de vigilância.
  - (E) a estes dois respectivos antecedentes: os bons princípios coletivos e o egoísmo mais primitivo.

**Atenção:** Para responder às questões de números 9 a 12, considere o texto abaixo.

### A sociedade do espetáculo

*Num admirável e recente livro de ensaios, a escritora Susan Sontag afirmou que “vivemos numa sociedade do espetáculo”. Segundo ela, cada situação deve ser transformada em espetáculo para ser real, ou seja, interessante para o público. A realidade perdeu o prestígio. A realidade só aparece representada de modo espetacular na mídia. A consequência disso é que os cidadãos da modernidade, consumidores da violência como espetáculo, adeptos da proximidade sem risco, se tornaram pessoas instruídas no cinismo.*

*Mas quem são os cínicos? Os espectadores, os documentaristas da mídia? Ou, quem sabe, os próprios críticos da mídia? Para estes, é cômodo denunciar as imagens da violência culpando-as pelo que retratam. Ganham, assim, a suposta superioridade de quem estaria desmascarando um falso espetáculo, um truque em que todos caem. Com isso, a violência real acaba sendo poupada de qualquer condenação.*

(Baseado em: CALLIGARIS, Contardo. **Terra de Ninguém**. S. Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 343)

9. Um dos efeitos de estarmos vivendo *numa sociedade do espetáculo* é, segundo a linha de argumentação do texto,
- (A) tornarmo-nos alheios a qualquer forma de representação da violência real.
  - (B) admitirmos a existência da violência apenas quando ela nos atinge diretamente.
  - (C) atribuímos à violência das ruas a culpa pela violência que tomou conta da mídia.
  - (D) sentirmo-nos como que responsáveis pela violência praticada por outros.
  - (E) reconhecermos a violência apenas quando a mídia a trata como grande atração.



- 
10. No segundo parágrafo do texto, admite-se que os próprios críticos da mídia sejam cínicos, pelo fato de que
- (A) são os primeiros a promoverem a violência generalizada, valorizando-a publicamente.
  - (B) compartilham prazerosamente com os demais espectadores o mesmo espetáculo da violência.
  - (C) simulam condenar publicamente a violência, quando a praticam em sua vida privada.
  - (D) se limitam a condenar a mídia sensacionalista, em lugar de denunciarem a violência real.
  - (E) se colocam como observadores que não admitem separar o fato do modo pelo qual é noticiado.
- 
11. As frases do primeiro parágrafo *A realidade perdeu o prestígio. e A realidade só aparece representada de modo espetacular na mídia.* podem constituir coerentemente um único período, sem prejuízo para o sentido. Para isso, a conexão entre elas deve ser feita por meio da expressão
- (A) muito embora.
  - (B) mesmo quando.
  - (C) dado que.
  - (D) a fim de que.
  - (E) ao passo que.
- 
12. Está clara, correta e coerente a redação deste livre comentário sobre o texto:
- (A) É a preocupação com a audiência que leva a mídia a fazer da violência das ruas um espetáculo com o qual os espectadores deverão se entreter em casa.
  - (B) A cada momento onde a violência ganha força pelo tratamento que lhe dá a mídia, ela só faz crescer.
  - (C) Há cinismo em se naturalizar as notícias da violência, em vez de usá-las como um espetáculo que se pudesse à todo custo evitar.
  - (D) Por mais que nos esforcemos, não é fácil deixarmos de nos atrairmos pelo que a mídia sabe emprestar de espetáculo a uma notícia violenta.
  - (E) Falando da mídia, Susan Sontag e Contardo Calligaris atribuem-na um papel e uma responsabilidade determinantes na representação da violência.
- 
13. A forma de tratamento, o emprego de pronomes e a linguagem utilizada estão plenamente adequados no seguinte caso:
- (A) Vimos respeitosamente à presença de Vossa Excelência, chefe dos Recursos Humanos, solicitar que se dê um jeito na situação precária em que se acham os funcionários recém-admitidos.
  - (B) Senhor Governador: Vossa Senhoria deveis considerar que nossas demandas são justas, razão pela qual aqui as reexponho.
  - (C) Como o Senador não pode comparecer, falará em seu lugar seu assessor imediato, que tão bem representa Sua Excelência.
  - (D) Não é por nada não, chefia, mas bem que podias honrar-nos a todos que o estimamos com um atendimento mais cordial.
  - (E) Caros deputados, se não pretendeis votar a emenda ainda hoje, tomamos a liberdade de lembrar-lhes que a próxima semana estará tomada por outra pauta.
- 
14. A linguagem sintética e expressiva, característica dos provérbios e ditos populares, encontra adequada tradução de sentido, numa formulação conceitual, em:
- (A) *Um dia é da caça, outro é do caçador* = Não há recompensa para quem não se esforça.
  - (B) *O lobo perde os dentes, mas não o costume* = O desafio de deixar um hábito é não ceder a outro.
  - (C) *Quem não tem cão caça com gato* = A improvisação rápida não supre uma necessidade duradoura.
  - (D) *Depois da tempestade vem a bonança* = O adiamento das obrigações leva à ruína.
  - (E) *Cachorro de muitos donos morre de fome* = Compartilhar responsabilidade pode resultar em não assumi-la.
- 
15. Estão inteiramente adequadas a flexão e a regência verbal na frase:
- (A) Se requiséssemos um pouco mais de tempo lograríamos terminar a empreitada da qual nos comprometêramos.
  - (B) Ainda que nos propôssemos a ajudá-los, eles disporiam-se a nos retribuir, um dia?
  - (C) Ainda ontem reavemos a confiança do grupo, a mesma confiança em que desfrutávamos antes.
  - (D) Caso não o detêssemos a tempo, quem sabe com que loucuras ele se deixaria assaltar?
  - (E) Se não nos dispusermos a colaborar com eles, em quem mais haverão de confiar?
-

**Raciocínio Lógico-Matemático**

16. O resultado da expressão numérica

$$12^{-1} \cdot \left(1 - \frac{1}{5}\right) \cdot \left(1 - \frac{2}{5}\right) \cdot \left(1 - \frac{3}{5}\right) \cdot \left(1 - \frac{4}{5}\right) \cdot \left(1 - \frac{6}{5}\right) \cdot \left(1 - \frac{7}{5}\right) \cdot \left(1 - \frac{8}{5}\right) \cdot 5^6$$

é

- (A) o número zero.
  - (B) um número menor do que  $-2$ .
  - (C) um número entre  $-2$  e  $-1$ .
  - (D) um número entre  $0$  e  $2$ .
  - (E) um número maior do que  $2$ .
- 
17. Três números naturais diferentes são tais que o menor entre os dois menores é o segundo maior divisor positivo do outro. E o menor entre os dois maiores também é o segundo maior divisor positivo do outro. Sabendo que esses três números são pares, sobre eles é correto concluir que
- (A) o maior é 50% a mais que o número intermediário.
  - (B) o menor é a quarta parte do número intermediário.
  - (C) o número intermediário é o quádruplo do menor número.
  - (D) o maior número é o dobro do menor número.
  - (E) o número intermediário é a metade do maior número.
- 
18. Saí de casa com a intenção de gastar exatamente  $\frac{5}{8}$  do dinheiro que tinha comigo. Não consegui. Superei a minha intenção de gastos em 50%. Em casa verifiquei que me havia sobrado R\$ 37,00. A quantia que tinha ao sair de casa é um valor
- (A) entre 500 e 600 reais.
  - (B) maior que 600 reais.
  - (C) entre 400 e 500 reais.
  - (D) entre 300 e 400 reais.
  - (E) menor que 300 reais.
- 
19. O preço de um produto em uma embalagem cuja capacidade é de 1,2 L é R\$ 35,00. O mesmo produto, vendido em uma embalagem cuja capacidade é de 250 mL, custa R\$ 7,00. Para que o preço desse produto, vendido na embalagem de 1,2 L, seja proporcional ao preço do produto vendido na embalagem menor é necessário
- (A) aumentá-lo em R\$ 2,40.
  - (B) reduzi-lo em R\$ 4,80.
  - (C) reduzi-lo em R\$ 1,40.
  - (D) mantê-lo como está.
  - (E) aumentá-lo em R\$ 3,20.
- 
20. O planejamento de uma excursão mostra que há mantimento suficiente para que 21 excursionistas façam 3 refeições diárias durante 48 dias. Após um último encontro de planejamento, decidiram que o regime de alimentação dos excursionistas seria de apenas 2 refeições diárias. Com essa alteração no número de refeições diárias foram admitidos mais 7 excursionistas para a viagem. Dessa maneira, a duração máxima da excursão, sem faltar mantimento, poderá ser
- (A) aumentada em 12 dias.
  - (B) reduzida em 8 dias.
  - (C) reduzida em 9 dias.
  - (D) aumentada em 6 dias.
  - (E) a mesma.



21. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA fechou o ano de 2015 com uma alta acumulada de 10,67%, contra um avanço de 6,41% aferido no ano anterior, 2014. Em 2013, esse mesmo índice foi de 5,91%. Para cálculos, nesta questão, utilize nas porcentagens aproximações para o inteiro mais próximo. Um produto, cujo preço acompanha esse índice, sofreu de forma acumulada nesses três anos um reajuste de, aproximadamente,
- (A) 21%.
  - (B) 25%.
  - (C) 23%.
  - (D) 27%.
  - (E) 31%.
- 
22. Quanto a dominar as habilidades A, B, C, D e E é sabido que há quem domine apenas uma dessas habilidades e isso acontece com as habilidades A, C e D. Há quem domine exatamente duas dessas habilidades e isso acontece com as habilidades, A e B, A e C, C e D, D e E. Dominar exatamente três dessas habilidades só acontece com as habilidades A e B e C. Não há quem domine mais do que três dessas habilidades. A partir dessas informações, é correto concluir que
- (A) qualquer um que domine a habilidade B também domina a habilidade C.
  - (B) há quem domine a habilidade E e também a habilidade C.
  - (C) todos os que dominam a habilidade A também dominam a habilidade B.
  - (D) não há quem domine B e C que não domine A.
  - (E) poucos dominam exatamente as duas habilidades B e E.
- 
23. Se João canta ou Maria sorri, então Josefa chora e Luiza não grita. Do ponto de vista lógico, uma afirmação equivalente a afirmação anterior é
- (A) Se Luiza grita ou Josefa não chora, então João não canta e Maria não sorri.
  - (B) Se João não canta ou Maria não sorri, então Josefa não chora e Luiza grita.
  - (C) João canta ou Maria sorri, e Josefa não chora e Luiza grita.
  - (D) Se João canta, então Josefa chora e se Maria sorri, então Luiza grita.
  - (E) Se Luiza não grita e Josefa chora, então João canta ou Maria sorri.
- 
24. Para a sequência de números naturais 8336; 4168; 4170; 1390; 1392; 348; 350; . . . foi criada um padrão que alterna divisão e adição sucessivamente. A sequência é ilimitada e a soma entre os 8<sup>o</sup>, 10<sup>o</sup> e 13<sup>o</sup> termos é igual a
- (A) 76.
  - (B) 94.
  - (C) 78.
  - (D) 82.
  - (E) 86.
- 
25. Considere as afirmações e seus respectivos valores lógicos.
- I. André não é analista ou Bruno é biblioteconomista. Afirmação VERDADEIRA.
  - II. Se Carlos não é cerimonialista, então Dorival é contador. Afirmação FALSA.
  - III. André não é analista e Dorival não é contador. Afirmação FALSA.
  - IV. Se Bruno é biblioteconomista, então Ernani é economista. Afirmação VERDADEIRA.
- A partir dessas afirmações, é correto concluir que
- (A) Se Ernani é economista, então André não é analista.
  - (B) Carlos não é cerimonialista e Bruno não é biblioteconomista.
  - (C) Carlos é cerimonialista e Ernani é economista.
  - (D) André não é analista ou Dorival é contador.
  - (E) Bruno não é biblioteconomista ou Dorival não é contador.

**Noções de Direito Constitucional**

26. Mariana é brasileira e tem 66 anos; Pedro é chileno e tem 19 anos; Benedita é brasileira e tem 16 anos; João é brasileiro, tem 18 anos e está prestando o serviço militar obrigatório; Ana é brasileira, tem 22 anos e é analfabeta. Considerando que todos fixaram domicílio no Brasil, a soberania popular mediante plebiscito de caráter nacional será exercida obrigatoriamente por
- (A) Mariana; facultativamente por Benedita e Ana; não podendo exercê-la Pedro e João.
  - (B) Pedro e Ana; facultativamente por Mariana e Benedita; não podendo exercê-la João.
  - (C) Mariana e Ana; facultativamente por João; não podendo exercê-la Pedro e Benedita.
  - (D) Ana; facultativamente por Mariana, Benedita e João; não podendo exercê-la Pedro.
  - (E) Mariana e João; facultativamente por Pedro e Benedita; não podendo exercê-la Ana.
- 
27. Membros do Senado Federal pretendem propor emenda constitucional para abolir o sigilo do voto nas eleições municipais, sob a justificativa de que a Constituição Federal assegura a livre manifestação do pensamento. Nesse caso, a Constituição Federal
- (A) poderá ser emendada mediante proposta do Presidente da República, que deverá ser discutida e votada em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos.
  - (B) poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros do Senado Federal.
  - (C) não poderá ser emendada, pois não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir o voto secreto.
  - (D) poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
  - (E) poderá ser emendada apenas na vigência de intervenção federal, já que se trata de um direito fundamental, devendo ser a proposta discutida e votada em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos.
- 
28. Bernardo é ministro do Supremo Tribunal Federal; Fátima é ministra do Tribunal Superior do Trabalho e Cícero é membro do Conselho Nacional de Justiça. É correto afirmar que
- (A) Bernardo e Fátima trabalham em órgãos do Poder Judiciário e Cícero em órgão do Poder Legislativo.
  - (B) Bernardo, Fátima e Cícero trabalham em órgãos do Poder Judiciário.
  - (C) Fátima e Bernardo trabalham em órgãos do Poder Judiciário e Cícero em órgão do Poder Executivo.
  - (D) Bernardo trabalha em órgão do Poder Judiciário e Fátima e Cícero em órgãos do Poder Executivo.
  - (E) Bernardo trabalha em órgão do Poder Executivo e Fátima e Cícero em órgãos do Poder Legislativo.
- 
29. Considere a seguinte situação hipotética: verificando-se o impedimento do Presidente e do Vice-Presidente da República, o Presidente da Mesa do Congresso Nacional entende que deve assumir o exercício dessas funções. Nessa situação, ele
- (A) não tem razão, porque em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, quem assume o exercício da Presidência da República é o candidato que se classificou em segundo lugar na mesma eleição.
  - (B) não tem razão, porque em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente Senado Federal, o da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal.
  - (C) não tem razão, porque em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o do Senado Federal e o da Câmara dos Deputados.
  - (D) tem razão, porque em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Mesa do Congresso Nacional, o Presidente do Senado Federal, o Presidente da Câmara dos Deputados e o Presidente do Supremo Tribunal Federal.
  - (E) não tem razão, porque em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.
- 
30. Alfredo deseja se candidatar a Deputado Estadual no Mato Grosso do Sul e, para avaliar suas chances, deseja saber qual o número de Deputados da Assembleia Legislativa do referido Estado. Sabendo que a Câmara dos Deputados é composta por oito Deputados Federais, conclui que o número de Deputados à Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul será de
- (A) oito, pois o número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao da representação do Estado na Câmara dos Deputados.
  - (B) dezesseis, pois o número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao dobro da representação do Estado na Câmara dos Deputados.
  - (C) no mínimo doze, pois o número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá a uma vez e meia (150%) da representação do Estado na Câmara dos Deputados.
  - (D) vinte e quatro, pois o número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados.
  - (E) trinta e seis, sendo que o cálculo a ser feito não tem relação com o número dos Deputados Federais que representam o Estado de Mato Grosso do Sul na Câmara Federal.

**Noções de Direito Administrativo**

31. Carlos é servidor público, integrante do quadro de servidores de autarquia municipal, responsável pelo serviço de limpeza urbana. Em diversos dias do mês de dezembro de 2015, porém fora do horário de expediente, Carlos utilizou-se de trator pertencente à autarquia, empregando-o em obra de sua fazenda, situada próxima ao endereço da autarquia. O Ministério Público Estadual, após a respectiva investigação, ajuizou ação de improbidade administrativa contra Carlos. Desde que preenchidos os requisitos legais, o ato ímprobo praticado por Carlos
- (A) está sujeito à medida de indisponibilidade de bens.
  - (B) está sujeito, dentre outras sanções, à suspensão dos direitos políticos por cinco a oito anos.
  - (C) exige o trânsito em julgado para a exigibilidade de todas as sanções cabíveis.
  - (D) não exige conduta dolosa para sua configuração, podendo ser meramente culposa.
  - (E) está sujeito, dentre outras sanções, à proibição de contratar com o Poder Público pelo prazo de três anos.
- 
32. Em determinado processo administrativo de âmbito federal, durante a fase de instrução, constatou-se que a matéria nele versada envolvia assunto de interesse geral. Assim, o órgão competente, mediante despacho motivado, abriu período de consulta pública. Nos termos da Lei nº 9.784/1999,
- (A) nos processos em que houver período de consulta pública não será cabível audiência pública.
  - (B) a consulta pública não se destina a pessoas jurídicas, mas sim, às pessoas físicas, as quais poderão examinar os autos e apresentar alegações escritas.
  - (C) o comparecimento à consulta pública confere, por si só, a condição de interessado do processo.
  - (D) o comparecimento à consulta pública confere o direito de obter da Administração resposta fundamentada.
  - (E) as respostas proferidas por ocasião da consulta pública não podem ser comuns, ainda que existam alegações substancialmente iguais, pois cada administrado tem o direito de obter resposta individualizada.
- 
33. Considere os dois itens a seguir, a fim de responder adequadamente a questão:
- I. Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade.
  - II. Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.
- Em determinado pregão, o pregoeiro passou a negociar diretamente com o proponente para obter melhor preço. Nos termos da Lei nº 10.520/2002, tal prática
- (A) é vedada no pregão, pois embora não haja proibição expressa, tal prática contraria o princípio da indisponibilidade do interesse público.
  - (B) é vedada no pregão, haja vista proibição legal expressa nesse sentido.
  - (C) somente será possível na hipótese narrada no item I.
  - (D) somente será possível na hipótese narrada no item II.
  - (E) é admissível nas hipóteses narradas nos itens I e II.
- 
34. Em determinada licitação promovida pela União Federal, o citado ente licitante, findo o procedimento licitatório, decidiu, imotivadamente, não adjudicar o objeto da licitação ao vencedor, revogando o certame e abrindo nova licitação. A propósito desses fatos,
- (A) houve violação ao princípio da adjudicação compulsória, que somente inexistiria caso houvesse justo motivo para a revogação do certame.
  - (B) é lícita a conduta do ente licitante, pois a revogação do certame pode ocorrer em qualquer momento, independentemente de motivação.
  - (C) houve violação tanto ao princípio do julgamento objetivo quanto ao princípio da adjudicação compulsória.
  - (D) é lícita a conduta do ente licitante, no entanto, caso tivesse adjudicado o objeto ao vencedor, estaria o ente público obrigado a celebrar o respectivo contrato administrativo.
  - (E) houve violação ao princípio da contratação compulsória.
- 
35. Manoel é servidor público do Estado de Mato Grosso do Sul, sendo-lhe suspensa a qualidade de segurado, em razão de ter deixado de contribuir para o MSPrev por quatro meses consecutivos. Cumpre salientar que a suspensão já perdura por dez meses. Caso Manoel venha a falecer, seus dependentes
- (A) terão imediato direito ao benefício, não sendo necessário qualquer requisito prévio, haja vista que a suspensão não impede o direito dos dependentes.
  - (B) não terão, em qualquer hipótese, direito ao benefício, haja vista a sua irregularidade perante a Previdência.
  - (C) terão direito ao benefício, se fizerem o requerimento conforme os ditames legais e desde que paguem todas as quantias atrasadas, corrigidas monetariamente e com juros de mora.
  - (D) terão direito ao benefício, se fizerem o requerimento conforme os ditames legais e desde que paguem pelo menos um mês de atraso, corrigido monetariamente e com juros de mora.
  - (E) terão direito ao benefício, se fizerem o requerimento conforme os ditames legais e desde que paguem todas as quantias atrasadas, corrigidas monetariamente, no entanto, não incidirá juros de mora nesse caso.

**Legislação Institucional**

36. Um servidor da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul foi incumbido de revisar uma minuta de manual de orientações para recém empossados. Ao final dos trabalhos, fez as seguintes correções com o objetivo de adequação ao previsto no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul:
- I. A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul tem sua sede no Palácio Guaicurus, localizado no Parque dos Poderes, em Campo Grande, Capital do Estado de Mato Grosso do Sul, sendo vedada a reunião em outro local.
  - II. A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul reunir-se-á na Capital do Estado anualmente, por convocação obrigatória, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro, quando se encerrará a Sessão Legislativa.
  - III. A Sessão Legislativa ordinária não será interrompida sem a aprovação do projeto de Lei Orçamentária Anual.
  - IV. A Sessão Legislativa poderá ser prorrogada mediante proposta de um terço dos membros da Assembleia.
  - V. As sessões ordinárias do período prorrogado observarão o rito do período comum.

Está efetivamente de acordo com o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
  - (B) IV e V.
  - (C) I, III e V.
  - (D) II e IV.
  - (E) I, II, IV e V.
- 
37. Nos termos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, a direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos compete à Presidência e à Secretaria. Esses órgãos são constituídos pelo
- (A) Presidente, no caso da Presidência, e por um secretário e um representante indicado pelo Deputado mais votado, no caso da Secretaria.
  - (B) Presidente e Vice-Presidente, no caso da Presidência, e por dois secretários e um representante indicado pelo Deputado mais votado, no caso da Secretaria.
  - (C) Presidente, no caso da Presidência, e por dois secretários e um representante indicado pelo Deputado mais votado, no caso da Secretaria.
  - (D) Presidente e Vice-Presidente, no caso da Presidência, e por dois secretários, no caso da Secretaria.
  - (E) Presidente, no caso da Presidência, e por dois secretários, no caso da Secretaria.
- 
38. A Lei Estadual nº 4.090/2011 regula o desenvolvimento nas carreiras dos servidores na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. A forma prevista para esse desenvolvimento é
- (A) o acesso por tempo de serviço, por seleção interna ou por meritocracia.
  - (B) a alocação por produtividade, por tempo de serviço ou por seleção interna.
  - (C) a nomeação por seleção interna, por incorporação de substituição de chefia e por meritocracia.
  - (D) a promoção por tempo de serviço, por meritocracia ou horizontal.
  - (E) a avocação por tempo de serviço, por incorporação de substituição de chefia ou horizontal.
- 
39. A Lei Estadual nº 4.091/2011 regula as formas de vacância na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Segundo esse regramento legal, a vacância ocorrerá, entre outras hipóteses, no caso de
- (A) posse em outro cargo inacumulável.
  - (B) remoção a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração.
  - (C) redistribuição do servidor com o respectivo cargo para outra unidade da AL/MS, para ajustamento de quadro de pessoal às necessidades dos serviços.
  - (D) substituição automática definida em lei.
  - (E) exoneração, quando não satisfeitas as condições do estágio probatório nos casos de cargo em comissão e função de confiança.
- 
40. Nos termos definidos pela Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul a respeito do Poder Legislativo Estadual,
- (A) é vedada a recondução de membro da Mesa, para o mesmo cargo, na eleição subsequente.
  - (B) é permitida a convocação de sessão extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul pela maioria de seus membros no caso de intervenção em Município.
  - (C) a posse aos Deputados diplomados é feita em reunião preparatória.
  - (D) a convocação da sessão extraordinária deve ser fundamentada sob um assunto específico, mas, uma vez convocada, pode haver deliberação sobre qualquer tema.
  - (E) o Governador poderá comparecer à AL/MS em qualquer época da sessão legislativa de cada ano para expor, em sessão ordinária, a situação do Estado.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

41. O debate sobre o direito social é central no trabalho do Assistente Social. Para Berenice Rojas Couto, o direito social é composto considerando
- (A) que as disputas societais não interferem na garantia dos direitos, na medida em que esses resultam de um campo de reconhecimento por toda a sociedade quer liberal, quer social-democrática, sem distinção em seus projetos.
  - (B) como produto a-histórico, porque não pôde ser construído a partir das lutas sociais, sobretudo no Brasil que contou com longos períodos de ditadura.
  - (C) a suficiência da emergência legal e as garantias jurídicas, independentemente das ofertas e provisões dos serviços e benefícios, pois sem elas não se reconhecem os direitos civis, políticos e sociais.
  - (D) que as dificuldades enfrentadas pelos homens para viver com dignidade serão assumidas coletivamente pela sociedade, com a supremacia da responsabilidade de cobertura pelo Estado.
  - (E) seus componentes intrínsecos, sobretudo a oferta majoritária pela rede de serviços não governamentais e os projetos vinculados às iniciativas voltadas para a superação da pobreza, a exemplo das ações vinculadas aos clubes de serviços.
- 
42. Os fundamentos do Serviço Social, numa perspectiva crítica, reconhecem que a profissão se configura como
- (A) unilateral e não corresponde ao movimento histórico desenhado pela luta de classes. A luta de classes produz e reproduz a questão social que se consubstancia em mazelas e vulnerabilidades acolhidas pelas instituições prestadoras de Serviços Sociais.
  - (B) um conjunto de técnicas e táticas que permitem reconhecer as necessidades sociais criadas pelo modo de produção capitalista, cuja evolução e movimento independe da ação dos sujeitos, pois há uma determinação histórica do movimento da economia que se sobrepõe à capacidade protagonista dos cidadãos em geral e dos profissionais em particular.
  - (C) um produto histórico, como uma especialização do trabalho coletivo, que adquire inteligibilidade na história social de que é parte e expressão. Além disso, também é a expressão das necessidades sociais criadas no movimento das relações entre o Estado e a sociedade civil, das relações entre classes, suas frações e as instituições por elas criadas no enfrentamento da questão social.
  - (D) inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho, com um arcabouço teórico construído a partir de uma única matriz capaz de dar respostas mais efetivas sobre o empobrecimento e a vulnerabilização da sociedade. Trata-se, portanto, de uma profissão que não tem definido seu instrumental técnico e interventivo.
  - (E) fundamental para atuar na relação Estado e sociedade civil, alterando seu papel de acordo com as exigências contemporâneas. Porém, trata-se de manter seu arcabouço teórico e prático constituído sobre o tripé do pragmatismo, do iluminismo e da visão holística da sociedade.
- 
43. As compreensões sobre o Estado de bem-estar social são agrupadas como
- I. social-democrata, que se caracteriza pelo universalismo e por uma importante redução no papel do mercado no âmbito do bem-estar social.
  - II. conservador-corporativo, que se baseia nos direitos sociais, mas que perpetua uma diferenciação social importante, e que envolve efeitos distributivos mínimos.
  - III. liberal, que é dominado pela lógica do mercado.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I e II, apenas.
  - (B) II e III, apenas.
  - (C) I e III, apenas.
  - (D) III, apenas.
  - (E) I, II e III.
- 
44. Em reunião com a equipe multiprofissional, o Assistente Social esclarece corretamente que a finalidade do trabalho do Serviço Social é
- (A) intervir nas diferentes manifestações da questão social com vistas a contribuir com a redução das desigualdades e injustiças sociais, como também fortalecer os processos de resistências dos sujeitos (materializados em organizações sociais, movimentos sociais, conselhos de direitos), na perspectiva da democratização, autonomia dos sujeitos e do seu acesso a direitos.
  - (B) promover, prover e proteger todos os cidadãos que se encontrem abaixo da linha da pobreza, atuando em políticas e programas sociais que tenham como foco principal o combate à miserabilidade. Para tanto, se faz necessário reconhecer que a miserabilidade é fruto da dificuldade dos homens e mulheres em condição economicamente ativa de aproveitarem as oportunidades da vida.
  - (C) organizar os movimentos sociais para que definam estratégias e táticas com a perspectiva de alterar a ordem social vigente e superar o *status quo* de exclusão promovido pelo Estado liberal. Também tem a finalidade de atuar junto às lideranças comunitárias com a perspectiva de formação continuada.
  - (D) ajudar os cidadãos que mais necessitam, atuando em organizações não governamentais (confessionais ou não), defendendo as políticas sociais focalizadas, pois os dados estatísticos têm demonstrado melhores resultados quando se define um público e uma oferta específica e oferece ajuda continuada.
  - (E) superar a miséria e a desigualdade, considerando que o modelo capitalista de produção incide sobre o modo de vida de grande parcela dos trabalhadores, impedindo-os de ascenderem às classes sociais mais abastadas, cujo único caminho seria através da educação de qualidade e do trabalho, considerando todas as suas formas de vínculos.



45. O Assistente Social, ao atuar em consonância com os princípios fundamentais do Código de Ética editado em 1993, deve posicionar-se
- (A) com base na estrutura legal das políticas sociais, independentemente da inscrição de modelos mais participativos ou não.
  - (B) em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática.
  - (C) conforme a estrutura institucional, considerando que os direitos sociais se iniciam com a ordem e a obediência aos pressupostos organizativos.
  - (D) na defesa condicionada dos direitos humanos, pois estes têm se construído ao longo da histórica e respondem ao grau de organização dos movimentos sociais.
  - (E) em favor da qualidade dos serviços prestados à população, independentemente do seu modelo de gestão e da oferta universal, pois para a garantia de direitos é necessário priorizar os que mais necessitam.
- 
46. A Questão Social é fundamental na formação do Assistente Social, na medida em que hegemonicamente o tema é estruturante para o seu trabalho, podendo ser conceituada como
- (A) a emergência de problemas com a desigualdade social e a pobreza configurada na relação salarial, desconsiderando os processos e estratégias que se consubstanciam força pública e política. Desse modo, a questão social está direta e essencialmente vinculada à condição econômica.
  - (B) o conjunto de expressões das desigualdades da sociedade iniciada já no feudalismo sob pressão da classe explorada, independentemente das tarefas atribuídas ao Estado. Já no Estado moderno, foram definidas as atribuições de enfrentamento das expressões da questão social.
  - (C) o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.
  - (D) resultante da emergência do mercantilismo, pois nesse período era o mercado o ator preponderante na garantia de todas as necessidades humanas, tornando os indivíduos os únicos responsáveis por seu sustento e sobrevivência digna.
  - (E) a expressão da condição eminentemente econômica, que significou um abandono da ortodoxia da pura lógica do mercado, em favor da exigência da extensão da segurança do emprego e dos ganhos como direitos de cidadania.
- 
47. As políticas sociais que se constituem campo prioritário de atuação do Assistente Social são
- (A) incapazes, apenas por sua ação, de superar as contradições da sociedade capitalista. No entanto, através delas há condições de empreender lutas capazes de garantir a reprodução material da classe trabalhadora, tencionando o capital quanto à necessidade de considerar a disputa do excedente econômico.
  - (B) resultantes da acomodação de conflitos e incapazes de provocar um campo de disputas dos bens socialmente produzidos pelas massas expropriadas historicamente. Assim, defende-se que as políticas sociais jamais se constituem como campo de contradição e correlação de forças.
  - (C) capazes de reduzir as manifestações mais agudas da pobreza, pois se expressam pela oferta de serviços sociais mínimos para a sobrevivência e, portanto, nesses espaços se torna impossível promover qualquer densidade política emancipatória.
  - (D) ofertas e serviços que promovem o bem-estar em todos os tipos de sociedade, na medida em que sempre se colocam como superadoras das condições de exploração dos trabalhadores. Desse modo, as políticas sociais respondem aos pressupostos da modernidade, independentemente do modelo econômico, político e social.
  - (E) determinadas historicamente sem possibilidade de avanços, mesmo com a análise de seus pontos nodais, pois isso apenas pode ser feito com a construção de categorias conservadoras, implicando uma retomada dos serviços sociais na perspectiva do controle, em detrimento da construção de autonomia.
- 
48. A Seguridade Social é regida pelos seguintes princípios e diretrizes:
- (A) universalidade da cobertura e do atendimento; uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; irredutibilidade do valor dos benefícios; equidade na forma de participação no custeio; diversidade da base de financiamento; e caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados.
  - (B) universalidade de acesso, independentemente de contribuição; descentralização e participação; irredutibilidade do valor de benefícios, excetuando, neste caso, a política de assistência social para a área rural.
  - (C) universalidade da cobertura e do atendimento; uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; redutibilidade do valor dos benefícios; diferentes formas de participação no custeio; e caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados.
  - (D) lógica da gestão gerencial, incluindo os pressupostos da eficiência, eficácia e efetividade social, incorporados em função da criação do SUS e do SINASE, além da descentralização, participação e universalização de acesso.
  - (E) focalização da cobertura e do atendimento; seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; irredutibilidade do valor dos benefícios; caráter democrático e centralizado da gestão administrativa com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados, conforme leitura da diversidade territorial brasileira e das diferentes configurações da vulnerabilidade social.



49. ... *As leis não bastam. Os lírios não nascem da lei.* (fragmentos do poema de Carlos Drummond de Andrade)

As garantias legais para a ampliação dos direitos humanos necessitam, como afirma o PNDH3, de interação democrática entre Estado e a sociedade civil. Desse modo, definem-se as seguintes diretrizes:

- I. Interação democrática entre Estado e sociedade civil como instrumento de fortalecimento da democracia participativa.
- II. Fortalecimento dos Direitos Humanos como instrumento transversal das políticas públicas e de interação democrática.
- III. Integração e ampliação dos sistemas de informações em Direitos Humanos e construção de mecanismos de avaliação e monitoramento de sua efetivação.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

50. A Lei nº 12.864/2013, que altera a Lei do SUS de 1990, ao tratar dos fatores determinantes e condicionantes dos níveis de saúde, determina:

- (A) Os níveis de saúde são resultantes da condição de trabalho e vida da população economicamente ativa, desse modo podem ser considerados fatores determinantes e condicionantes aqueles que implicam em todo o processo de trabalho, incluindo o trajeto de moradia e os equipamentos necessários.
- (B) Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do país, tendo a saúde como determinante e condicionante, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais.
- (C) A saúde é condicionada pelo nível de educação dos cidadãos e de suas famílias, sendo que as condições de alimentação e higiene, fundamentais para prevenir doenças, estão diretamente vinculadas à condição de instrução no âmbito da educação em saúde.
- (D) São condicionantes para a garantia de saúde: a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, e o acesso aos bens e serviços essenciais de cada cidadão individualmente.
- (E) O binômio saúde e doença está intrinsecamente ligado e se condiciona à alternância da oferta de acesso aos serviços públicos de qualidade, assim como a garantia de tratamentos completos, além da atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais.

51. O planejamento em políticas públicas, imprescindível para o aprimoramento da gestão,

- (A) é um instrumento burocrático que viabiliza o orçamento, mas a depender das especificidades de cada política social, pode-se estabelecer seu próprio ciclo orçamentário sem necessidade de seguir o calendário estabelecido para o PPA, a LDO e a LOA.
- (B) deve, no processo de planificação, desconsiderar as especificidades advindas da densidade demográfica e portes dos municípios, pois as políticas setoriais já trazem em seu desenho suas principais provisões e atribuições.
- (C) deve respeitar os seguintes momentos: definição da agenda – posicionamento exclusivo do chefe do executivo sobre as prioridades; definição de alternativas; e avaliação dos resultados – pautado nos indicadores quantitativos.
- (D) precede, condiciona e orienta a ação estatal. É um mecanismo pelo qual o Estado viabiliza o acesso aos bens e serviços considerados direitos sociais aos seus cidadãos, sendo assim o planejamento pode ser considerado a necessidade de mediação entre futuro e o presente.
- (E) deve estar pautado na elaboração do PPA, LDO e LOA, que é de iniciativa privativa do Poder Legislativo e deve ser encaminhado ao Poder Executivo para aprovação, seguindo seu cronograma quadrienal.

52. Tendo sido chamado para opinar sobre um projeto de lei que cria o sistema de vigilância socioassistencial na esfera estadual, o Assistente Social deve considerar as responsabilidades dessa esfera com base na Lei nº 12.435/2011, que dispõe sobre a vigilância socioassistencial como

- (A) um dos instrumentos das proteções da assistência social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território.
- (B) o instrumento essencial para fazer a medição quantitativa da realidade regional dos Estados, sobretudo no que concerne à vulnerabilidade e risco social.
- (C) um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços.
- (D) a articulação dos Institutos de Pesquisa oficiais e não oficiais que podem oferecer dados e informações sobre a realidade geral, sobretudo dos territórios com maior incidência epidemiológica.
- (E) a capacidade de investigação dos servidores públicos, especificamente sobre a rede de prestação de serviços na área da assistência social.



53. Atuando no âmbito da gestão do trabalho e com o objetivo de oferecer informações aos servidores da Assembleia Legislativa no que tange a problemas referentes ao uso abusivo de álcool e drogas, pois muitas famílias vinham enfrentando essas situações, sobretudo com adolescentes, o Assistente Social optou por tratar do Plano Emergencial de Ampliação do Acesso ao Tratamento e Prevenção em Álcool e outras Drogas no SUS (PEAD), editado pelo Ministério da Saúde em 2009. Os eixos de atuação do referido Plano, no que concerne à área da saúde, são:
- (A) ampliação dos leitos hospitalares, sobretudo nos Municípios de pequeno porte; oferta gratuita de medicamentos usados no tratamento; capacitação profissional e campanha de conscientização.
  - (B) articulação intersetorial; ampliação da oferta de psicotrópicos utilizados no tratamento de uso de drogas e enfrentamento ao estigma.
  - (C) ampliação de acesso, preferencialmente nas comunidades terapêuticas; articulação com as outras políticas sociais e qualificação profissional.
  - (D) ampliação do acesso; qualificação dos profissionais; articulação intra/intersetorial; promoção da saúde, dos direitos e enfrentamento do estigma.
  - (E) construção de clínicas e hospitais que garantam a internação compulsória dos adolescentes; promoção da saúde e qualificação profissional.
- 
54. A rede de atenção à saúde mental se pauta pelas seguintes diretrizes:
- I. Respeito aos direitos humanos, garantindo a autonomia e a liberdade das pessoas; promoção da equidade, reconhecendo os determinantes sociais da saúde.
  - II. Combate a estigmas e preconceitos; garantia do acesso e da qualidade dos serviços, ofertando cuidado integral e assistência multiprofissional, sob a lógica interdisciplinar; atenção humanizada e centrada nas necessidades das pessoas; diversificação das estratégias de cuidado; desenvolvimento de atividades no território que favoreçam a inclusão social com vistas à promoção de autonomia e ao exercício da cidadania.
  - III. Atuação das equipes técnicas fundamentada na égide da terapia comunitária, porque corresponde a uma linha mais social e coletiva e está posta nacionalmente como uma política pública de assistência social e saúde.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I e II, apenas.
  - (B) II e III, apenas.
  - (C) I e III, apenas.
  - (D) III, apenas.
  - (E) I, II e III.
- 
55. Atuando na Assembleia Legislativa, o Assistente Social foi convidado para participar da organização de uma Audiência Pública sobre os direitos da pessoa com deficiência. Desse modo, deve estar em evidência a conceituação adotada legalmente, que considera pessoa com deficiência aquela que
- (A) apresenta limitações que impossibilita a capacidade laboral e para a vida independente a partir de uma avaliação psicossocial. O atestado dessa condição deve ser assinado por médico perito e Assistente Social, conforme as instruções normativas do INSS.
  - (B) apresenta impedimento de longo prazo, avaliadas as seguintes funções: impedimentos na estrutura do corpo; limitações psicológicas e pessoais e restrição de participação. Destaca-se que é considerado longo prazo o período maior que 4 anos.
  - (C) tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
  - (D) reconhecidamente esteja limitada por fatores socioambientais, psicológicos e laborais. Destaca-se que esse reconhecimento deve estar lavrado em atestado emitido por órgão competente e deve ser utilizado no caso de acesso aos demais direitos, dentre eles o transporte coletivo gratuito.
  - (E) por limitação física e/ou intelectual não pode desfrutar dos bens socialmente produzidos e que tem sua necessidade reconhecida pelas políticas de saúde, previdência social e assistência social.
- 
56. Atuando como Assistente Social numa equipe interdisciplinar, foi-lhe solicitado o atendimento a um funcionário com problemas de assiduidade no trabalho. Para tanto, é necessário realizar um estudo social que deve
- (A) reconhecer que esse funcionário tem problemas familiares e fazer o estudo social a partir do grupo focal com a família, pois estudo de caso só pode ser realizado com a interpretação de todo o grupo familiar, entendendo família com sua composição extensa.
  - (B) ser base interpretativa de diferentes posicionamentos, portanto quando o estudo social é realizado no contexto do trabalho em equipe não pode se configurar apenas como um registro do Assistente Social, mas congrega uma visão e a interpretação de toda a equipe.
  - (C) considerar as determinações de seu histórico no âmbito do trabalho, na medida em que a análise situacional está circunscrita com o estudo social institucional que mede as relações do contrato e obrigações trabalhistas.
  - (D) construir interpretações e estabelecer relações com as questões estruturais, nacionais e mundiais que interferem e determinam o dia a dia dos sujeitos, envolvendo dimensões de totalidade e registradas para o conhecimento de outros profissionais.
  - (E) servir de base para a construção de novas oportunidades para o trabalhador, mas para tanto se faz necessário estabelecer um vínculo definido com apenas um profissional da equipe de tal modo a construir uma atmosfera de segurança e confiança.



57. Os direitos sociais no Brasil estão em constante disputa e luta por efetivação. O Assistente Social, atuando no âmbito do legislativo, foi chamado para opinar sobre lei que diminui a fiscalização do trabalho infantil. Neste caso, o posicionamento do Assistente Social deve
- (A) abster-se de opinar, pois não cabe ao Assistente Social emitir parecer em casos de tramitação de projetos de lei; essa atribuição é privativa dos parlamentares e juristas. Considerando ser o serviço social uma profissão interventiva, o que define seu campo profissional é a defesa de direitos adquiridos a partir de lei já sancionada.
  - (B) ser contrário ao projeto de lei, na medida em que a submissão de crianças e adolescentes ao trabalho infanto-juvenil atinge, de forma central, o direito de vida digna e de desenvolvimento desse segmento. Mesmo tendo ciência de que esse problema tem determinação econômica, social e política, é fundamental a manutenção e ampliação de estratégias que tenham como objetivo a erradicação do trabalho infanto-juvenil.
  - (C) considerar a opinião da sociedade, desse modo lhe caberá escrever um projeto de pesquisa, cuja metodologia de análise seja comparativa a partir de posicionamentos convergentes e divergentes. Posterior a isso, o Assistente Social deve se posicionar, respeitando sempre o resultado da pesquisa, mesmo que não corresponda à defesa da garantia desse direito.
  - (D) reconhecer que o trabalho infantil é uma forma de preparo para a vida adulta podendo ser adotado, sobretudo, para as famílias mais pobres. Considerando que os índices de evasão escolar e de uso de drogas são mais altos nas famílias em maior vulnerabilidade, e que a sua história de vida levará sempre as crianças e adolescentes a permanecerem como classe trabalhadora, é razoável que sejam capacitados no trabalho desde a mais tenra idade.
  - (E) apoiar o projeto de lei, mas apontar para as garantias legais, sobretudo do Estatuto da Criança e Adolescente – ECA, que permitem o trabalho a partir dos 12 anos. Além disso, também devem ser observadas as normativas referentes à aprendizagens baseadas na Lei nº 8.069/90 art. 62 e também na CLT art. 428 que explicam, organizadamente, quais são as responsabilidades, tanto do aluno quanto da empresa, em relação às atividades desempenhadas.
- 
58. O cotidiano profissional do Assistente Social deve estar composto tanto de sua dimensão interventiva, como a investigativa. Por dimensão investigativa entende-se que
- (A) o Serviço Social tem limites em suas ações investigativas pelo fato de não ser considerado uma ciência e tão pouco produzir conhecimento.
  - (B) a qualificação recente do Serviço Social enquanto trabalho, superando as conotações de vocação, habilidade e arte, lhe define um limite no processo investigativo que se circunscreve no campo da busca dos direitos sociais.
  - (C) o Serviço Social, enquanto profissão, não dispõe de uma teoria própria, nem é uma ciência; entretanto, os profissionais realizam pesquisas e investigações, produzindo conhecimentos de natureza teórica, inseridos no âmbito das ciências sociais e humanas.
  - (D) o processo investigativo do Assistente Social tem relevância quando está associado ao campo da pesquisa qualitativa e definida pelo seu campo de intervenção do pesquisador/assistente social, pois não está no âmbito do Serviço Social produzir conhecimento para além da sua capacidade interventiva.
  - (E) a produção de conhecimento do Serviço Social reconhecidamente nacional e internacionalmente tem seu elo no campo das metodologias interventivas, sobretudo aquelas que se referem aos campos vinculados às políticas públicas governamentais.
- 
59. Foi solicitado um parecer sobre a condição de um dos trabalhadores da Assembleia Legislativa ao Assistente Social. Para a realização do parecer é necessária uma pesquisa considerando que
- (A) cabe ao Assistente Social para o caso de aplicação de sanções e demissões, construir um parecer circunstanciado e, em sua maioria, com o posicionamento de diferentes atores como os colegas e chefes, além da família e vizinhança. Esse dossiê constitui-se numa pesquisa de campo.
  - (B) somente em casos de maior complexidade é exigido um trato investigativo, pois apenas para problemas mais imbricados de diferentes sujeitos é necessário um estudo aprofundado.
  - (C) o Assistente Social só será identificado na equipe de trabalho como profissional com cientificidade comprovada se apresentar e analisar os dados da realidade social dos sujeitos. Essa tem sido historicamente a condição de inserção da divisão do trabalho.
  - (D) a investigação comprovará veracidade dos fatos, uma vez que a intervenção planejada proposta no “Método Único” editado no documento de Teresópolis, não pode prescindir de informações que superem a simples narrativa dos seus usuários.
  - (E) não é possível propor intervenções consistentes que não se pautem numa análise crítica da realidade e dos contextos nos quais se inserem sujeitos, grupos, instituições e sociedades.
- 
60. A incorporação da concepção de matricialidade sociofamiliar nas políticas sociais e em particular na assistência social deve ser interpretada como:
- I. Reconhecimento da complexidade e contradição que envolvem as relações familiares, refletindo outras dimensões da sociedade e possibilitando que as provisões dessa política pública ampliem o seu campo de proteção.
  - II. Intervenção na estrutura e modelação dos familiares, considerando um modelo ideal pautado na constituição de valores e princípios culturais tradicionais. Nesse caso, para fins de garantia de benefícios e serviços, vale a composição amparada por união legal.
  - III. Aprimoramento da responsabilização da família no que tange aos cuidados dos filhos de 0 a 3 anos de idade, reconhecendo, sobretudo, o papel da mulher nesse processo.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I e II, apenas.
  - (B) II e III, apenas.
  - (C) I, apenas.
  - (D) III, apenas.
  - (E) I, II e III.



61. Ao tratar dos direitos da criança indígena à documentação civil, é correto afirmar:
- (A) A certidão de nascimento não anula nenhum direito garantido pela Constituição Federal aos povos indígenas e é expedida para obter a documentação básica como a carteira de identidade (RG) e cadastro de pessoa física (CPF) e não é substituída pelo documento administrativo fornecido pela FUNAI, que é o RANI.
  - (B) Por se tratar de povos tradicionais, há um tratamento diferenciado e especial, sendo a certidão de nascimento expedida pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).
  - (C) Por se tratar de povos tradicionais, é feita somente com a presença de funcionários da FUNAI em cartório de registro civil do local onde a pessoa nasceu ou reside.
  - (D) O Registro Administrativo de Nascimento de Indígena (RANI) é o documento administrativo fornecido pela FUNAI que substitui a certidão de nascimento.
  - (E) Os indígenas, com a certidão de nascimento, passam a ser considerados cidadãos comuns, sendo respaldados pelas mesmas regulamentações dos não indígenas garantindo o direito constitucional de adaptação à sociedade em geral.
- 
62. Os benefícios eventuais integram o conjunto de proteções da política de assistência social, de caráter suplementar e temporário, para os cidadãos que não têm condições de arcar, por conta própria, com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a sua manutenção e sobrevivência. Constitui-se como benefício eventual
- (A) a cadeira de roda, a muleta e a bengala para apoio à reabilitação e mobilidade.
  - (B) o transporte para tratamento médico fora do domicílio – TFD para garantir o acesso das pessoas em situação de pobreza e o apoio necessário ao atendimento à saúde.
  - (C) o leite e as dietas de prescrição especial para garantir a recuperação necessária às pessoas que estão enfrentando alguma situação de saúde e precisam de uma alimentação adequada.
  - (D) o auxílio natalidade para atenção necessária ao nascituro, o apoio à mãe no caso de morte do recém-nascido e o apoio à família no caso de morte da mãe.
  - (E) o óculos de grau para viabilizar o acesso à melhoria da acuidade visual.
- 
63. A legislação nacional tem avançado na busca da garantia de direitos de acesso dos jovens às políticas públicas. Para a sua mobilidade, está prevista a reserva de vagas a jovens de baixa renda nos veículos do sistema de transporte coletivo interestadual com a
- (A) garantia de quatro vagas gratuitas em cada veículo, comboio ferroviário ou embarcação do serviço convencional de transporte interestadual de passageiros.
  - (B) destinação de duas vagas gratuitas em cada veículo, comboio ferroviário ou embarcação do serviço convencional de transporte interestadual de passageiros e duas vagas com desconto de cinquenta por cento, no mínimo, no valor das passagens, a serem utilizadas depois de esgotadas as vagas gratuitas.
  - (C) inclusão na condição de serviço de transporte convencional: os serviços de transporte rodoviário interestadual de passageiros; os serviços de transporte ferroviário interestadual de passageiros, em linhas regulares; os serviços de transporte aquaviário interestadual, abertos ao público, realizados em rios, lagos, lagoas e baías, que operam linhas regulares, inclusive travessias e os serviços de transporte aéreo interestadual.
  - (D) destinação desse benefício para os jovens de 13 a 18 anos de idade cadastrados no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, cuja renda familiar seja de até 3 salários mínimos.
  - (E) inclusão no respectivo benefício, das tarifas de utilização dos terminais de pedágio, assim como as despesas necessárias com alimentação durante o período da viagem, a serem custeadas pelas empresas de transporte.
- 
64. Para Pereira (2009), o conceito de Estado remete à sua complexidade e, como fenômeno histórico e relacional, pode ser compreendido como
- (A) lugar de encontro e expressão de todas as classes porque, embora zele pelos interesses da classe dominante e tenha, ele mesmo, um caráter de classe, esse zelo se dá de forma contraditória.
  - (B) a única forma organizada que representa os interesses da sociedade assumindo o caráter de autossuficiência.
  - (C) instrumento exclusivo que representa os interesses da classe dominante, isento de contradições em seu interior.
  - (D) uma organização distante da sociedade civil, por ser um bloco monolítico em sua representação.
  - (E) semelhante ao governo, por ser composto por um conjunto de pessoas jurídicas e órgãos que exerce, institucionalmente, o poder político, ou a dominação, numa determinada sociedade.



65. A Constituição Federal de 1988 contém elementos de democracia participativa que devem estar presentes na gestão administrativa. Partindo dessa premissa, no processo de gestão de uma política pública, a participação deve ser compreendida como
- (A) gerencial, em que as deliberações técnicas devem ocorrer nos bastidores para obtenção dos suportes necessários às tomadas de decisão.
  - (B) recurso solucionador, que se concentra em alguns problemas da Administração pública, viabilizando e legitimando as estratégias adotadas pelo governo.
  - (C) o compartilhamento de decisões governamentais, a interferência na elaboração orçamentária na definição de diretrizes e prioridades.
  - (D) estratégia de ação coletiva para reafirmação do poder instituído e das relações de dominação e de hegemonia, buscando alcançar a legitimidade do processo de gestão.
  - (E) permissão para a tomada de decisões em questões periféricas por meio dos Conselhos e não em escolhas essenciais, que são de responsabilidade do gestor.
- 
66. O Assistente Social, em sua prática profissional, faz uso de alguns instrumentais que contribuem com o processo de intervenção social. A observação social é utilizada como forma de
- (A) identificar as famílias desestruturadas e indisciplinadas para posterior coleta minuciosa de informações com vistas à realização de aconselhamento profissional.
  - (B) investigar a vida do assistido para confirmar se aquilo que foi declarado no prontuário de atendimento corresponde à verdade sobre sua renda e despesas, e como a situação enfrentada pelo usuário afeta a sua vivência político-social, identificando quais as interferências que sofre para o alcance das condições dignas de vida.
  - (C) apropriar-se da situação-problema do assistido e necessitado que precisa de ajuda profissional.
  - (D) ver tudo da forma como se apresenta na realidade, o que confirma que esta se revela em sua imediaticidade, naquilo que já se apresenta.
  - (E) compreender e depurar os diferentes olhares que se pode ter sobre uma mesma situação que tem significados a partir das histórias e trajetórias de vida, de modo que a intervenção profissional possa interferir na qualidade de vida do usuário e no acesso aos direitos fundamentais.
- 
67. O Assistente Social, ao realizar um estudo socioeconômico como parte da sua ação profissional, deve fazê-lo partindo do entendimento de que
- (A) as informações forneçam subsídio para o profissional realizar julgamentos sobre o modo de vida dos indivíduos e contribuir para a definição de qual auxílio público temporário pode ser concedido, após esgotadas todas as possibilidades de uso dos recursos dos próprios indivíduos.
  - (B) o estudo proporcionará a feitura de um diagnóstico socioeconômico que indicará a melhor forma de tratamento para resolução do problema trazido pelo cliente.
  - (C) a coleta de informações deve ater-se à aparência física, o que inclui a higiene e vestuário, capacidade mental e habilidades específicas, de modo a garantir a melhoria da qualidade de vida, por meio da sua adaptação aos modos de organização da sociedade.
  - (D) tem a finalidade de conhecer, com profundidade e de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social, sobretudo nos aspectos socioeconômicos e culturais.
  - (E) as informações do estudo devem ser exclusivas do ambiente em que vive o indivíduo, tais como o tipo da casa, de emprego, relacionamentos conjugais, por onde passam a resolução dos problemas sociais que se assentam sobre os modos de vida adotados pelo mesmo.
- 
68. Conforme estabelecem as normativas referentes à experiência prática do aprendiz, a seleção destes, que é realizada a partir do cadastro público de emprego, deverá priorizar a inclusão de
- (A) adolescentes, a partir de 12 anos, cujas famílias sejam beneficiárias de programas de transferência de renda.
  - (B) jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou risco social.
  - (C) jovens cujos pais trabalham nas empresas que desenvolvem o Programa de Aprendizagem Profissional.
  - (D) adolescentes cujos pais possuem deficiência física, motora, intelectual.
  - (E) adolescentes com ensino fundamental ou médio concluído na rede privada de educação.



69. A assistência social, inaugurada com a Constituição Federal de 1988, demarca um novo tempo para esta política pública, que pode ser caracterizada
- (A) pela ênfase na ajuda humanitária aos mais pobres e necessitados, com incentivo à criação de equipamentos estatais (Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS) e o fortalecimento da rede socioassistencial.
  - (B) pela tomada de decisões, centralizadas em gabinete, que priorizam a criação de instituições de caridade públicas e privadas.
  - (C) pelo atendimento às necessidades sociais da população com ênfase nas ações de natureza pública (estatal e não estatal), com financiamento público (por Estados, Distrito Federal e Municípios) e comando único em cada esfera de governo.
  - (D) pelo incentivo ao trabalho voluntário com apoio estatal, por meio da adoção de isenções fiscais que estimulem o desenvolvimento de ações de natureza filantrópica com cofinanciamento via convênio, de forma regular e automática.
  - (E) pela ênfase nas práticas de caridade que garantam qualidade de atendimento, por meio de estruturas adequadas e com equipe de profissionais qualificados para o desenvolvimento dos serviços.
- 
70. A regulamentação nacional trouxe, no âmbito da Administração pública federal direta, autárquica e fundacional o uso do nome social e a identidade de gênero, o que tem sido adotado pela política pública de assistência social. Nessa linha, compreende-se que
- (A) é obrigatório constar nos documentos oficiais, nos registros de sistema de informação, nos cadastros, nas fichas, nos formulários e nos prontuários o nome social da pessoa travesti ou transexual, independentemente de ser requerido pelo interessado.
  - (B) é proibido constar nos documentos oficiais o nome civil para a pessoa que tem o nome social.
  - (C) a identidade de gênero é a designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida.
  - (D) a identidade de gênero é a dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade, e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo atribuído no nascimento.
  - (E) a identidade de gênero é a forma como uma pessoa se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade, estando diretamente vinculada com o sexo atribuído no nascimento, podendo ainda definir um nome social que é a designação pela qual a pessoa é socialmente reconhecida.
- 
71. No processo de implementação de políticas e programas sociais, há influência de aspectos relacionados às características específicas destes, além dos fatores organizacionais nos diversos níveis de execução. Nesse contexto, considera-se que
- (A) esta implementação implica processos complexos de negociação entre os atores, variação do grau de adesão dos diferentes atores, cenários de oportunidades e ameaças que possam exigir redimensionamento e reformulação.
  - (B) a definição dos objetivos, metas e recursos já asseguram as condições necessárias para mensurar a eficiência, a eficácia e a total fidelidade para a implementação do desenho proposto inicialmente.
  - (C) o ciclo destas políticas e programas sociais se constitui como um processo simples e linear que devidamente pactuados, expressam consensos em todas as etapas.
  - (D) os problemas surgidos no processo de implementação são considerados naturais como desvios de rotas, desse modo, não devem ser absorvidos no processo de execução para o alcance do desenho planejado.
  - (E) os problemas encontrados no percurso demonstram equívocos no planejamento, o que indica a necessidade de desconsiderar o planejado anteriormente e retomar uma nova etapa de planejamento.
- 
72. Para trabalhar as demandas sociais no campo das políticas sociais, recomenda-se a realização de diagnóstico socioterritorial, que deve ser elaborado a partir
- (A) de representações homogeneizadoras que caracterizam determinado território.
  - (B) de uma lógica sociocêntrica que tem como referência os valores característicos dos setores médios.
  - (C) da ótica da segmentação da população (idosos, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes) e homogeneização destes segmentos, considerando as características e necessidades comuns advindas do ciclo de vida.
  - (D) de um grupo restrito de técnicos que fazem coleta de informações junto a diferentes atores, que assumem a posição de meros informantes.
  - (E) das informações, na forma de números e dados estatísticos, como também, pela identificação das situações de vida diferenciadas e desiguais que se encontram e histórias de vida dos lugares, dos diferentes atores presentes no território.



73. O direito à informação sobre os serviços de saúde e os diversos mecanismos de participação inclui a informação, com linguagem e meios de comunicação adequados, sobre:
- I. os mecanismos de participação da sociedade na formulação, acompanhamento e fiscalização das políticas e da gestão do Sistema Único de Saúde (SUS).
  - II. as ações de vigilância à saúde coletiva, compreendendo a vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental.
  - III. a interferência das relações e das condições sociais, econômicas, culturais e ambientais na situação da saúde das pessoas e da coletividade.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
  - (B) I, II e III.
  - (C) III, apenas.
  - (D) I e II, apenas.
  - (E) II, apenas.
- 
74. O mapa falado é uma das ferramentas para compor o diagnóstico, que permite o conhecimento de determinada realidade territorial. O uso dessa ferramenta possibilita
- (A) a confirmação apenas dos dados quantitativos obtidos no processo de pesquisa.
  - (B) o levantamento e a análise do conhecimento coletivo com as percepções das pessoas que residem no local, assim como a participação de outros atores, despertando a discussão sobre problemas e potencialidades da realidade em questão.
  - (C) a apreensão sobreposta das percepções dos gestores e técnicos da área sobre a realidade pesquisada.
  - (D) a aplicação de um formulário para a obtenção de informações sobre a realidade pesquisada com definição de uma pequena amostragem e com a participação de diferentes atores, que respondem a este instrumento de forma verbal.
  - (E) o levantamento de informações com foco sobre a situação problema da realidade em questão para posterior planejamento técnico da ação de enfrentamento e de superação da dificuldade apresentada.
- 
75. O Assistente Social, ao realizar uma visita domiciliar, identificou na composição familiar a presença de um adolescente de 15 anos de idade, que demonstrou interesse de inserção no mundo do trabalho. A regulamentação nacional permite a este adolescente a realização de trabalho como aprendiz, na atividade, dentre outras, de
- (A) cuidado e vigilância de crianças, de pessoas idosas ou doentes.
  - (B) serviço externo, que implique manuseio e porte de valores como *office-boy*, mensageiro e contínuo.
  - (C) rua e outros logradouros públicos como comércio ambulante, guardador de carros, guia turístico, transporte de pessoas ou animais.
  - (D) auxiliar de escritório em geral/assistente administrativo.
  - (E) industrialização de couros e fabricação de peles e peliças.
- 
76. Para a população negra é garantida a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. Para tanto, compreende-se que
- (A) a discriminação racial ou étnico-racial caracteriza-se pela exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural, restrita ao campo da vida pública.
  - (B) as ações afirmativas são realizadas por meio dos programas e medidas especiais adotados pelo Estado para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades, sendo que a iniciativa privada está isenta desta responsabilidade.
  - (C) a desigualdade de gênero e raça ocorre pela simetria existente no âmbito da sociedade, mas que de qualquer forma acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais.
  - (D) o preconceito traduz uma intolerância aplicada na execução das políticas estatais que se constituem em ações no âmbito da sociedade civil no cumprimento de suas atribuições e responsabilidades cívicas.
  - (E) a desigualdade racial é toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica.



77. O Assistente Social, ao ser chamado para desenvolver um trabalho social com famílias, deverá pautar a sua ação profissional
- (A) na habilitação e treinamento destas como elemento chave do processo de inclusão e evitar a ocorrência de agravos de situações de vulnerabilidade e riscos, tornando-as capazes para aproveitar as oportunidades que lhes são oferecidas.
  - (B) na relevância da constituição das redes de apoio voluntariado do território em que a família reside para reforçar a ideia da solidariedade entre estas.
  - (C) na perspectiva de ultrapassar a noção de subjetividade individual para a dimensão coletiva, promovendo a organização grupal e coletiva destas, possibilitando a construção de novos significados e práticas como sujeitos de direitos.
  - (D) na perspectiva normativa que disciplina estas famílias a assumirem o papel social que lhes é atribuído no desempenho da responsabilização das mães no processo de cuidado, zelo e organização do ambiente doméstico.
  - (E) no uso de recursos terapêuticos que auxiliem as famílias a superarem a patologia social que as afetam em decorrência do processo de exclusão social vivenciado.
- 
78. A legislação brasileira preconiza, no que se refere à pessoa com deficiência, a realização de ações que assegurem e promovam, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais, visando a sua inclusão social e cidadania. Nessa linha, no tocante ao direito à moradia, é correto afirmar:
- (A) Nos programas habitacionais públicos, subsidiados com recursos públicos e privados, a pessoa com deficiência ou o seu responsável goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria.
  - (B) Há garantia de reserva de, no mínimo, 5% das unidades habitacionais para pessoa com deficiência nos programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.
  - (C) Na definição dos projetos e na adoção de tipologias construtivas devem ser considerados os princípios do desenho universal.
  - (D) O direito à prioridade nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, será reconhecido à pessoa com deficiência beneficiária apenas uma vez.
  - (E) Nos programas habitacionais públicos e privados, os critérios de financiamento a serem adotados devem ser compatíveis com os rendimentos da pessoa com deficiência ou de sua família.
- 
79. O atual Código de Ética do Assistente Social contempla princípios fundamentais que orientam a sua atuação profissional. Um destes princípios é
- (A) o reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.
  - (B) a orientação modernizadora da ação profissional que prima pela correção dos desvios de conduta que podem afetar os usuários, estabelecendo estratégias para o alcance do bem comum e da justiça social.
  - (C) o pensamento teológico que pressupõe aceitar como princípios a existência de uma essência humana predeterminada e uma ordem que se reproduz socialmente nas diferentes funções que cada um exerce, conforme sua relação com a natureza e suas potencialidades.
  - (D) a concepção dos usuários como sujeitos de direitos que precisam ser estimulados a participarem de processos individuais, grupais e comunitários, contribuindo para o desenvolvimento destes e a correção dos desníveis sociais.
  - (E) a concepção de que os usuários desajustados necessitam de tratamento dos fatores materiais e das dificuldades monetárias que os atingem, com vistas ao desenvolvimento da própria personalidade para enfrentamento e superação de tais situações-problema.
- 
80. Uma das atividades a ser exercida pelo Assistente Social é a socialização das informações junto aos usuários, que deve ser realizada
- (A) como mero repasse de dados sobre as normas e recursos legais disponíveis.
  - (B) na ótica do direito social, em que sujeitos individuais e coletivos são reconhecidos em suas necessidades coletivas e demandas legítimas, considerando a realidade macrossocial de que eles são parte e expressão.
  - (C) por meio da abordagem com foco individual, desconsiderando a realidade dos sujeitos como parte de uma coletividade.
  - (D) de forma a respeitar a relação verticalizada existente entre o profissional e os sujeitos que demandam seus direitos, atendo-se às aparências e aos dados imediatos.
  - (E) no cumprimento fiel aos mecanismos burocráticos fixados em normas e rotinas nas relações com os sujeitos que reivindicam direitos e serviços.